

Aula 7

RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

META

Apresentar os conceitos de campo e cidade e as questões ideológicas que os envolve.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

A partir do estudo das questões conceituais sobre o rural já vistas em aulas anteriores, identificar o conceito de urbano, caracterizando-o em relação ao rural.

Cecilia Maria Pereira Martins

INTRODUÇÃO

Caro aluno(a):

Nesta aula falaremos sobre a relação campo cidade, a partir das quatro grandes referências teóricas da geografia, que são: tradicional, pragmática (quantitativa) crítica e fenomenológica.

Na visão positivista da geografia tradicional, o campo e a cidade são explicados como espaços e/ ou regiões onde o homem, a natureza e a economia estão presentes; estes elementos da geografia estão fragmentados por uma neutralidade científica, bem como por características empíricas e naturalistas. O que realmente caracteriza esta fase é a descrição Generalizada sobre a cidade e o campo, numa categoria de aparência e paisagem. O que era visto era a relação do homem com a natureza e não a relação que existe entre os homens.

Sem a preocupação com a ordem cronológica destes fatos, já vista em outras aulas passadas, continuamos com as referências teóricas necessárias para o início da compreensão da relação campo-cidade. Com a renovação do pensamento geográfico, a geografia começa um processo menos descritivo da relação que existe entre campo e cidade. Inicia-se a chamada geografia quantitativa, também conhecida como teórica, que começa a usar dados numéricos relativos ao desenvolvimento das cidades, esquecendo o campo. Neste momento perdem na análise os valores verdadeiramente humanos em detrimento do capital. Além disto, este momento é marcado pela desterritorialização do campo, explicadas pelas condições escassas de trabalho, que dificultavam a sobrevivência das famílias de camponeses. As cidades, então, ganham destaque as cidades, que se tornam então o centro das indústrias, da produção, do comércio, como também a zona de concentração da população e de acúmulo de capital.

Num momento posterior, surge a necessidade da geografia em se tornar crítica, que acontece com a alteração do posicionamento dos estudiosos e das classes políticas, com relação aceitação de posturas críticas em seus debates estudos.

Finalmente existe o rompimento com o conceito tradicional e uma reflexão além dos números, mostrando a identidade das classes urbanas e rurais e o antagonismo das classes sociais.

No campo ganham destaques nestes confrontos os movimentos sociais que atuam em defesa e respeito da terra, além da lutado sistema que privilegia poucos e desrespeita os povos, enquanto que na cidade o que prevalece é uma consciência de classe, despertada pelos sindicatos, organizações, dos movimentos que lutam pela moradia, em protesto contra as amarras que o capital impõe ao urbano e ao rural. E por fim chegamos ao enfoque fenomenológico que estuda tanto a cidade e o campo a partir de múltiplos pontos de vista e diferentes campos do conhecimento. A fenomenologia

contempla uma leitura mais humana nos espaços, transformando estes espaços em lugares vividos, percebidos e sentidos pelos indivíduos.

Nos últimos tempos, houve uma ideia equivocada assumida pelos estudiosos da Geografia de que haveria o desaparecimento do campo e das atividades agrícolas e uma consequente urbanização total do planeta. Em parte, estes equívocos, resultam das análises dos dados censitários divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que definem como urbana a população residente nas sedes (cidades) dos municípios e dos distritos (vilas). Segundo o IBGE, diferencia-se a população urbana da rural pela localização do município, sendo que os perímetros são determinados por leis municipais.

A partir dos critérios adotados pelo IBGE o que se verifica é um aumento significativo da população dita urbana no Brasil, considerando-se os níveis de urbanização iguais aos dos países desenvolvidos e desconsiderando-se que a maioria das cidades brasileiras tem sua população inferior a 20 mil habitantes. Ainda pensando nos equívocos relacionados ao aumento da população urbana, considerando-se a classificação do IBGE, conclui-se que não houve êxodo rural no Brasil e sim, uma grande migração da população do campo para as cidades nos últimos 60 anos (de 34 milhões de habitantes no campo, em 1950, para 29 milhões em 2010).

O esvaziamento do campo está intimamente ligado ao processo de modernização, entendido pela cidade e pelo campo como a urbanização do campo. Para o campo o moderno está associado ao modelo químico-mecânico fóssil e transgênico, ultimamente chamado de agronegócio, monocultor, latifundiário e exportador. Também está associada à expansão das atividades tipicamente urbanas e/ou da lógica da produção urbana para o campo, aumentando assim a subordinação do campo ao grande capital ao agronegócio. Por outro lado, os camponeses que representam atraso, o arcaico, são considerados como entraves ao processo e territorialização do agronegócio.

Desta forma,

“O campo não precisa de gente e nem de redistribuição fundiária, pois tudo se resolve e se resolverá via mecanização e produção de mercadorias (soja, cana, eucalipto e seus derivados) para abastecer o mercado brasileiro e o mundial mantendo-se os seus pilares: latifúndio, monocultura, distribuição ambiental, modelo químico-mecânico-fóssil-transgênico e a exploração da mão-de-obra. O território está em disputa” (NARDAQUE, 2013, p.3).

A expansão do capital pelo campo, através do agronegócio e a apropriação das terras, são garantidas por ideologias que aceitam este modelo como o mais viável para o país, gerador de desenvolvimento, empregos, avanços tecnológicos, alimentos, procurando negar as resistências dos cam-

poneses, “frente à territorialização do agronegócio, no movimento histórico de suas recriações, inerentes ao próprio processo contraditório do avanço do capital”. (NARDAQUE, 2013, p.3.)

Porém, devemos lembrar que o campo não foi banido do nosso contexto econômico. A zona rural, subordinada aos interesses urbanos, tralha no direito da satisfação direta ou indireta da cidade, que investe no campo, aumentado ainda mais esta insubordinação.

Podemos dizer, frente à situação do Brasil urbano-industrial, que o campo é responsável, em primeiro lugar, pela produção de gêneros para exportação, o que gera capitais que são revestidos na ampliação dessa produção, como também, gerando divisas empregadas nos suprimentos das necessidades financeiras do capital urbano e industrial.

Em segundo lugar, podemos dizer que o campo gera produção de matéria-prima que são utilizadas pela indústria e, no caso brasileiro, gera combustível, o etanol, diminuindo a nossa dependência em relação ao combustível importado. Os recursos não utilizados com a importação do petróleo poupam recursos que passam a ser investidos na infraestrutura no e também, nas cidades.

Por fim, é atribuição do campo a produção de alimentos, mas a produção de alimentos pouco ou nenhum benefício recebe do Estado. O que ocorre é que o capital urbano é beneficiado com a importação de alimentos de consumo obrigatório, que asseguram a reprodução do capital investido.

A modernização da economia subordinou o campo à cidade e modificou a orientação da produção rural, preservando a estrutura fundiária arcaica e transformando a zona rural em um mercado de consumo de itens como máquinas e tecnologia, cujo capital é revertido para as cidades.

A revolução científico-tecnológica, iniciada na segunda metade do século XX, intensificou os processos de urbanização e industrialização, promovendo o desenvolvimento do capitalismo no campo e a consequente modernização da agricultura. Esta modernização redefiniu os espaços rurais, dando-lhes nova dinâmica, diversificou os serviços urbanos, aumentou os fluxos de transporte e comunicações, reestruturou a interação das áreas rurais com os espaços urbanos. As novas relações sociais, econômicas e culturais entre o campo e a cidade, impõe que se pense, o rural e o urbano como espaços interdependentes e complementares.

É preciso ter bem claro que os estudos da relação campo-cidade são necessários para a compreensão da organização socioespacial, pois, nem o campo, nem a cidade podem ser entendidos separadamente, levando em conta a velha dicotomia de que o urbano significa moderno e o rural significa arcaico.

(...) não se pode pensar o urbano e o rural, o local e o global, como polaridades, mas como interações assimétricas que não devem silenciar as intensas disputas socioespaciais que obrigam a permanecer reconfigurações das escalas de ação. O território

“urbanização”, numa escala mais ampla, em geral, está relacionado a espaços de dominação que impõem suas representações. Na escala local, essas representações também se fazem presentes nas relações assimétricas que aí, também, vigoram. Entretanto, é aí, que se processam os movimentos de resistência e de criação de alternativas e/ou estratégias de sobrevivência que podem se manifestar como releituras daqueles movimentos mais gerais que marcam o espaço contemporâneo. O local e geral/global aparecem integrados pelas escalas de ação. (RUA in ARAÚJO, OLIVEIRAS, SOUZA E SOARES, 2008, p. 115).

CONCLUSÃO

Iniciamos nossa conclusão lembrando que o pensamento positivista esteve presente na geografia tradicional, definindo as relações que estabeleceram entre o campo e cidade naquele momento. Mais tarde, a ciência geográfica rompeu com o positivismo, abraçando o materialismo histórico e dialético, revelando as classes sociais e suas identidades. Por fim, o enfoque fenomenológico, trazendo a tona uma geografia mais humana, estudando a cidade e o campo a partir de múltiplos pontos de vista.

Não devemos aceitar a ideia de o rural ser o oposto ou *continuum* do urbano; deve ser pensado como um espaço que influencia e é influenciado pelo urbano, aceitando valores urbanos e também mantendo valores rurais. O que é importante para a compreensão da relação campo-cidade são as relações existentes entre esses espaços como bem diz Rua (in Araújo, Oliveiras, Souza e Soares, 2008) “é a partir da análise das dimensões social, econômica, política e cultural que o geógrafo e a Geografia poderão entender melhor as identidades, os territórios e as territorialidades existentes entre o urbano e o rural, entre a cidade e o campo”.



RESUMO

Esperamos ter sido entendido que o meio rural deve ser estudado, compreendido a partir de suas relações com as cidades, quer sejam grandes centros ou pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local. É importante o papel desses centros na dinamização das áreas rurais, pois com elas existem trocas de produção e experiências. Desta forma as paisagens rurais se modificam com as novas estruturas vindas do urbano, além de se modificarem o comportamento dos indivíduos em relação a sua produção e seu gênero de vida; alterando-se suas relações sociais e de produção, e por consequência alterando-se as relações entre as categorias campo-cidade. Estas novas relações modificam o espaço geográfico.



ATIVIDADES

1. Analise as relações campo versus cidade.
2. Qual o elemento tem se mostrado dominante na relação campo-cidade.
3. Checar seu próprio entendimento sobre o meio rural e urbano como espaços complementares.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Para responder a estas perguntas, faça uma releitura da aula, percebendo as características de cada um dos espaços estudados, seus elementos diferenciadores e as variáveis que os aproxima.



AUTOAVALIAÇÃO

Quando terminar a leitura do texto, lembre-se de marcar seu nível de compreensão do mesmo.

- Excelente ()
- Bom ()
- Regular ()
- Ruim ()



PRÓXIMA AULA

Serão abordados os movimentos sociais no campo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de, Oliveira, Hélio Carlos Miranda de, SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de e SOARES, Beatriz Ribeiro. Entre o Campo e a cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.3, n.5, p.113-133, fev.2008.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? Terra livre. N.15. p.87-112, 2000. NARDOQUE, Sedeval. O campo e a cidade no ensino de Geografia, XXI Encontro Sul-mato-grossense de geógrafos, V Encontro Regional de Geografia. 26 a 28 de Junho de 2013- Dourados- Mato Grosso do Sul.

RUA, Joao. A resignificação do rural e as relações campo – cidade: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 2005.